ORGANIZAÇÃO SOCIAL

CEJAM

GESTÃO SAÚDE

SUS

BANDEIRANTES GENS MEA

PREFEITURA MUNICIPAL
DE MOGI DAS CRUZES

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIO
DE
2014

ÍNDICE

	Página(s)
Balanço Patrimonial	2
Demonstração dos Resultados	3
Demonstração das Mutações Patrimoniais	4
Demonstração dos Fluxos de Caixa	5
Notas Explicativas	6 à 17

BALANÇO PATRIMONIAL DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013
(em Reais)

ATIVO	Notas	2014	2013
ATIVO CIRCULANTE			
Bancos - Contas Movimento	4	1.055,55	40,00
Bancos - Aplicações Financeiras	5	4.213.508,19	2.732.147,09
Adiantamentos a Fornecedores		-	550,00
Adiantamentos a Empregados	6	212.631,61	149.786,82
Adiantamentos para Despesas		1.833,96	1.936,13
Impostos Recuperáveis		2.051,76	1.481,15
Créditos de Contratos de Gestão	7	5.812.269,75	2.597.659,14
Outros Créditos		-	390,00
		10.243.350,82	**5.483.990,33**
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
Imobilizado	8	212.548,63	212.331,19
Intangível	9	2.867,58	3.815,82
		215.416,21	**216.147,01**
TOTAL DO ATIVO		**10.458.767,03**	**5.700.137,34**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Notas	2014	2013
PASSIVO CIRCULANTE			
Fornecedores		861.885,17	377.096,89
Obrigações Trabalhistas	10	1.256.676,41	1.145.093,46
Obrigações Sociais e Fiscais	11	692.032,78	666.714,98
Empréstimos Bancários	12	1.500.000,00	-
Contas a Pagar		44.347,72	5.481,51
Provisões para Férias e Encargos		2.183.203,65	1.839.544,79
		6.538.145,73	**4.033.931,63**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Patrimônio Social		1.450.058,70	1.285.359,77
Superávit do Exercício	23	2.404.474,77	223.893,05
Reserva de Capital – Bens de Gestão Pública	3.b	215.416,21	216.147,01
Transferências Patrimoniais		(149.328,38)	(59.194,12)
		3.920.621,30	**1.666.205,71**
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**10.458.767,03**	**5.700.137,34**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(em Reais)

	Notas	2014	2013
RECEITAS LÍQUIDAS		**38.685.480,30**	**30.664.662,38**
Contratos de Gestão	13	38.714.371,58	30.698.277,42
(-) Repasse destinado à aquisição de Imobilizado	3.g	(28.891,28)	(33.615,04)
CUSTOS		**(35.759.934,00)**	**(30.052.034,27)**
Pessoal e Reflexo	15	(25.859.570,29)	(23.146.111,52)
Serviços Terceirizados	16	(9.554.147,05)	(6.584.889,16)
Medicamentos e Materiais de Consumo	17	(346.216,66)	(321.033,59)
Custo da CPP (Contr. Previdenciária Patronal)	21	(5.620.004,23)	(5.037.090,52)
(-) Isenção da CPP Usufruída	21	5.620.004,23	5.037.090,52
(=) RESULTADO BRUTO		**2.925.546,30**	**612.628,11**
DESPESAS		**(775.584,60)**	**(587.551,95)**
Impostos, Taxas e Contribuições		(19.657,75)	(15.176,53)
Despesas Gerais	18	(755.926,85)	(572.375,42)
OUTRAS (DESPESAS) E RECEITAS OPERACIONAIS		**2,09**	**87,32**
Outras Receitas		2,09	87,32
(=) RESULTADO ANTES DAS REC/DESP FINANCEIRAS		**2.149.963,79**	**25.163.48**
RESULTADO FINANCEIRO	14	**254.510,98**	**198.729,57**
Receitas Financeiras		273.190,83	207.118,43
(-) Despesas Financeiras		(18.679,85)	(8.388,86)
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO	23	**2.404.474,77**	**223.893,05**

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(em Reais)

	Patrimônio Social	Superávit (Déficit)	Reserva de Capital	Transferências Patrimoniais	Patrimônio Líquido
Saldo em 01 de janeiro de 2013	**509.869,97**	**816.807,93**	**208.969,61**	**(41.318,13)**	**1.494.329,38**
Incorporação do Superávit do Exercício Anterior	816.807,93	(816.807,93)	-	-	--
Incorporação das Transferências Patrimoniais	(41.318,13)	-	-	41.318,13	-
Repasses destinados à aquisição de Bens	-	-	33.615,04	-	33.615,04
Depreciação do Exercício	-	-	(26.437,64)	-	(26.437,64)
Transferências Patrimoniais	-	-	-	(59.194,12)	(59.194,12)
Superávit do Exercício	-	223.893,05	-	-	223.893,05
Saldo em 31 de dezembro de 2013	**1.285.359,77**	**223.893,05**	**216.147,01**	**(59.194,12)**	**1.666.205,71**
Incorporação do Superávit do Exercício Anterior	223.893,05	(223.893,05)	-	-	-
Incorporação das Transferências Patrimoniais	(59.194,12)	-	-	59.194,12	-
Repasses destinados à aquisição de Bens	-	-	28.891,28	-	28.891,28
Depreciação do Exercício	-	-	(29.622,08)	-	(29.622,08)
Transferências Patrimoniais	-	-	-	(149.328,38)	(149.328,38)
Superávit do Exercício	-	2.404.474,77	-	-	2.404.474,77
Saldo em 31 de dezembro de 2014	**1.450.058,70**	**2.404.474,77**	**215.416,21**	**(149.328,38)**	**3.920.621,30**

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(em Reais)

	2014	2013
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superávit do Exercício	2.404.474,77	223.893,05
(Aumento) ou Redução do Ativo		
Adiantamentos a Fornecedores	550,00	(550,00)
Adiantamentos a Empregados	(62.844,79)	(45.859,91)
Adiantamentos para Despesas	102,17	(1.121,53)
Impostos Recuperáveis	(570,61)	-
Créditos com Contratos de Gestão	(3.214.610,61)	(35.789,84)
Outros Créditos	390,00	(390,00)
Aumento ou (Redução) do Passivo		
Fornecedores	484.788,28	(12.479,35)
Obrigações Trabalhistas	111.582,95	37.175,76
Obrigações Sociais e Fiscais	25.317,80	109.522,26
Provisões para Férias e Encargos	343.658,86	465.762,39
Outras Obrigações	38.866,21	(1.202,24)
Caixa líquido gerado nas Atividades Operacionais	**131.705,03**	**738.960,59**
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de Imobiliz./Intang. pertencente à Gestão Pública	28.891,28	33.615,04
Caixa líquido consumido nas Atividades de Investimento	**28.891,28**	**33.615,04**
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Recebimento de Numerário para Aquisição de Imobilizado	(28.891,28)	(33.615,04)
Recebimento (Pagamento) de Empréstimos	1.500.000,00	-
Incorporação ao Patrimônio Líquido	(149.328,38)	(54.082,38)
Caixa líquido consumido nas Atividades de Financiamento	**1.321.780,34**	**(87.697,42)**
VARIAÇÃO LÍQUIDA NAS DISPONIBILIDADES	**1.482.376,65**	**684.878,21**
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
Disponibilidades no Início do Exercício	2.732.187,09	2.047.308,88
Disponibilidades no Final do Exercício	4.214.563,74	2.732.187,09
VARIAÇÃO LÍQUIDA NAS DISPONIBILIDADES	**1.482.376,65**	**684.878,21**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013
(em Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O **Centro de Estudos e Pesquisas "Dr. João Amorim" - CEJAM** é uma entidade filantrópica de direito privado, de caráter filantrópico, fundada em 1991, com os Estatutos Sociais originais devidamente registrados no 3º Registro de Títulos e Documentos da Comarca da Capital do Estado de São Paulo sob o nº 454.301, registrada no Conselho Nacional de Assistência Social, portadora do Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos, concedido por esse mesmo órgão, através do processo nº 44.006.000636/98-17, declarada de Utilidade Pública Federal pelo Decreto Federal s/nº, publicado no DOU, declarada de Utilidade Pública Estadual pelo Decreto Estadual nº 43.481/98, declarada de Utilidade Pública Municipal pelo Decreto Municipal nº 37.571/98, portadora do Certificado do COMAS (Conselho Municipal de Assistência Social) de nº 646/2003, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o nº 66.518.267/0001-83, e Organização Social de Saúde nos Municípios de São Paulo, Mogi das Cruzes, Arujá e Rio de Janeiro.

O **CEJAM** mantém junto à **Prefeitura Municipal de Mogi das Cruzes** os seguintes contratos de gestão:

- **Contrato de Gestão nº 42, de 02 de junho de 2014**: visando o desenvolvimento das ações e serviços da Unidade Básica de Saúde (UBS 24 Horas), em substituição do **Contrato de Gestão nº 67, de 13 de maio de 2010**;

- **Contrato de Gestão nº 45, de 09 de junho de 2014**: visando o desenvolvimento das ações e serviços da Estratégia Saúde da Família (ESF), em substituição do **Contrato de Gestão nº 68, de 13 de maio de 2010**;

- **Contrato de Gestão nº 16, de 03 de fevereiro de 2012**: visando a operacionalização da Unidade Jundiapeba – Unidade Clínica Ambulatorial de Especialidades; e

- **Contrato de Gestão nº 42, de 25 de abril de 2012**: visando a operacionalização das Unidades Básicas de Saúde – Estratégia Saúde da Família (Novo Horizonte e Conjunto Toyama) e Programa de Agentes Comunitários de Saúde (matriciado na Unidade Básica de Saúde Nova Jundiapeba)

2. BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.a) Declaração de conformidade:

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade para pequenas e médias empresas (CPC PME), e nas disposições aplicáveis às instituições sem fins lucrativos e às fundações, expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial a Resolução n.º 1.409, de 21 de setembro de 2012, que aprovou a ITG 2002, e a lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, que dispõem sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social e regulam os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social a serem cumpridos pelas pessoas jurídicas de direito privado sem finalidades de lucros, especialmente entidades beneficentes de assistência social.

2.b) Base de mensuração:

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.c) Moeda funcional e moeda de apresentação:

Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram mantidas em números inteiros.

2.d) Uso de estimativas e julgamentos:

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

3.a) Instrumentos financeiros:

- **Ativos financeiros não derivativos:** a Entidade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Entidade tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado de empréstimos e recebíveis.

- **Caixa e equivalentes de caixa**: abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo.
- **Instrumentos financeiros derivativos**: não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios de 2014 e 2013.

3.b) Imobilizado:

- **Reconhecimento e mensuração:** itens do imobilizado, são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. As aquisições com recursos públicos são registradas no ativo imobilizado, e os valores correspondentes às aquisições transferidos para o patrimônio líquido, na conta de reserva de capital "imobilizações pertencentes à gestão pública" e nela mantidos por tratar-se de itens reversíveis, vinculados à prestação dos serviços utilizados pela contratada, necessários à prestação do serviço público, que deverão reverter ao poder concedente quando do término da gestão, a menos que tenham sido naturalmente substituídos por outros, em decorrência da evolução tecnológica ou outros fatores específicos.
- **Depreciação:** a depreciação é contabilizada normalmente no ativo imobilizado. Em se tratando de bens de gestão pública, é contabilizada em contrapartida ao patrimônio líquido, para amortizar o valor do custo do ativo, conforme a vida útil-econômica dos bens revisada pela Entidade. A Administração reavaliou a situação no exercício de 2014 e não detectou alterações relevantes, mantendo as taxas definidas em 2013. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:
    - Máquinas e equipamentos: 10 anos;
    - Equipamentos de uso médico: 10 anos;
    - Equipamentos de informática: 5 anos;
    - Móveis e utensílios: 10 anos.

3.c) Intangível:

- **Reconhecimento, mensuração e amortização:** o ativo intangível de vida útil definida é composto pelo direito de uso de programas de computador (software), que são amortizados usando-se método linear à taxa de 20% a.a.

3.d) Redução ao valor recuperável (impairment):

- **Ativos financeiros (incluindo recebíveis):** um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

3.e) Passivo circulante e não circulante (quando aplicável):

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial. Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, se a Entidade tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

3.f) Patrimônio social:

Representa o patrimônio inicial da Entidade, acrescido ou reduzido dos superávits/déficits apurados anualmente desde a data de sua constituição, são empregados integralmente nos objetivos sociais da Entidade conforme divulgado na Nota Explicativa n° 1.

3.g) Receitas:

As receitas da Entidade são apuradas através de recebimentos comprovados por contratos de gestão e, eventualmente, quando ocorrer doações de pessoas físicas e entidades privadas. As aquisições de imobilizado com recursos públicos são registradas na conta redutora da receita, denominada "(-) Repasse destinado à aquisição de imobilizado", e os valores correspondentes às aquisições transferidos para o patrimônio líquido, na conta de reserva de capital "imobilizações pertencentes à gestão pública" e nela mantidos por tratar-se de itens reversíveis, vinculados à prestação dos serviços utilizados pela contratada, necessários à prestação do serviço público, que deverão reverter ao poder concedente quando do término da gestão, a menos que tenham sido naturalmente substituídos por outros, em decorrência da evolução tecnológica ou outros fatores específicos.

3.h) Despesas

As despesas da Entidade são comprovadas através de notas fiscais e recibos em conformidade com as exigências legais e fiscais.

3.i) Receitas financeiras e despesas financeiras:

As receitas financeiras abrangem receitas de juros aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas bancárias e demais encargos financeiros.

3.j) Apuração do resultado:

O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

4. BANCOS – CONTAS MOVIMENTO

	2014	2013
Banco Santander (Brasil) S.A. – Conta nº 3300-5	10,00	10,00
Banco Santander (Brasil) S.A. – Conta nº 3301-2	10,00	10,00
Banco Santander (Brasil) S.A. – Conta nº 3499-6	10,00	10,00
Banco Santander (Brasil) S.A. – Conta nº 3538-2	10,00	10,00
Banco Santander (Brasil) S.A. – Conta nº 3886-6	774,13	-
Banco Santander (Brasil) S.A. – Conta nº 3887-3	241,42	-
	1.055,55	**40,00**

5. BANCOS – APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	2014	2013
Banco Santander (Brasil) S.A. – Conta nº 3300-5	657.520,42	544.683,26
Banco Santander (Brasil) S.A. – Conta nº 3301-2	550.847,44	174.644,62
Banco Santander (Brasil) S.A. – Conta nº 3499-6	2.474.936,42	1.648.781,18
Banco Santander (Brasil) S.A. – Conta nº 3538-2	530.203,91	364.038,03
	4.213.508,19	**2.732.147,09**

A Entidade mantém a parcela disponível do superávit dos exercícios aplicados financeiramente enquanto não reinvestido em atividades ligadas ao seu objeto social, conforme mencionado na Nota Explicativa n° 1. As aplicações financeiras da instituição não estão sujeitas à incidência de impostos, devido a Entidade gozar de isenção de tributos federais. As aplicações financeiras de liquidez imediata são realizadas com bancos de primeira linha, cuja rentabilidade dos investimentos estão atreladas, geralmente, ao Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI).

6. ADIANTAMENTO A EMPREGADOS

	2014	2013
Adiantamentos de Férias	212.631,61	149.786,82
	212.631,61	**149.786,82**

7. CRÉDITOS DE CONTRATOS DE GESTÃO

	2014	2013
Contrato de Gestão nº 067/2010 (UBS 24H)	1.825.060,76	1.198.249,55
Contrato de Gestão nº 068/2010 (ESF)	935.309,31	689.154,96
Contrato de Gestão nº 016/2012 (Única)	-	523.118,51
Contrato de Gestão nº 042/2012 (EACS)	-	187.136,12
Contrato de Gestão nº 042/2014 (UBS 24H)	1.651.293,31	-
Contrato de Gestão nº 045/2010 (ESF)	1.400.606,37	-
	5.812.269,75	**2.597.659,14**

8. IMOBILIZADO

IMOBILIZADO DE GESTÃO PÚBLICA	TAXA	2014	2013
Máquinas e Equipamentos	10%	77.972,17	76.432,17
Equipamentos de Uso Médico	10%	132.303,25	131.803,25
Equipamentos de Informática	20%	4.586,97	1.643,00
Móveis e Utensílios	10%	76.011,43	52.104,12
(-) Depreciação Acumulada		(78.325,19)	(49.651,35)
		212.548,63	**212.331,19**

Conforme preceituado nos contratos de gestão firmados entre o CEJAM e a Prefeitura Municipal de Mogi das Cruzes, os bens patrimoniais adquiridos por conta dos referidos contratos é de uso exclusivo e de propriedade da Prefeitura Municipal.

9. INTANGÍVEL

INTANGÍVEL DE GESTÃO PÚBLICA	TAXA	2014	2013
Direito de Uso de Sistemas	20%	4.740,64	4.740,64
(-) Amortização Acumulada		(1.873,06)	(924,82)
		2.867,58	**3.815,82**

10. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	2014	2013
Salários a Pagar	1.254.459,30	1.144.431,60
Pensões Alimentícias a Pagar	2.217,11	661,86
	1.256.676,41	**1.145.093,46**

11. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E FISCAIS

	2014	2013
INSS a Recolher	118.872,86	89.851,52
FGTS a Recolher	196.701,38	188.360,29
Contribuições Sindicais e Assistenciais a Recolher	10.042,32	32.296,04
PIS s/ Folha de Pagamento a Recolher	30.913,72	28.188,89
IRRF a Recolher	300.385,99	310.091,33
CSRF a Recolher	13.821,90	3.034,34
INSS Retido de PJ a Recolher	17.141,69	14.155,42
ISS Retido na Fonte a Recolher	4.152,92	737,15
	692.032,78	**666.714,98**

12. EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS

	2014	2013
Banco Santander (Brasil) S.A.	1.500.000,00	-
	1.500.000,00	**-**

A Entidade possui contrato de conta garantida (capital de giro) com o Banco Santander para garantir as operações em caso de atraso dos repasses da Prefeitura. Esta conta possui taxa média de juros pós-fixada equivalente a 0,38% a.m. além do CDI.

13. RECEITAS COM CONTRATOS DE GESTÃO

	2014	2013
Contratos de Gestão nº 067/2010 e 042/2014 (UBS 24H)	18.144.460,52	13.910.528,88
Contratos de Gestão nº 068/2010 e 045/2014 (ESF)	12.532.122,46	8.025.444,28
Contrato de Gestão nº 016/2012 (Única)	5.840.962,87	6.550.776,40
Contrato de Gestão nº 042/2012 (EACS)	2.196.825,73	2.211.527,86
	38.714.371,58	**30.698.277,42**

14. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2014	2013
Rendimentos de Aplicações Financeiras	272.891,83	207.115,21
Descontos Obtidos	299,00	3,22
(-) Despesas Bancárias	(17.101,66)	(8.039,02)
(-) Juros e Mora Comerciais	(2,77)	(12,93)
(-) Juros e Acréscimos Fiscais	(1.575,42)	(336,91)
	254.510,98	**198.729,57**

15. CUSTOS COM PESSOAL PRÓPRIO

	2014	2013
Remunerações	22.116.420,07	19.900.393,33
Benefícios	1.630.537,71	1.401.071,50
Encargos Sociais	2.112.612,51	1.844.646,69
	25.859.570,29	**23.146.111,52**

16. CUSTOS COM SERVIÇOS TERCEIRIZADOS

	2014	2013
Serviços Prestados por Pessoas Jurídicas	8.987.150,61	5.858.388,58
Serviços Prestados por Pessoas Físicas	566.996,44	726.500,58
	9.554.147,05	**6.584.889,16**

17. CUSTOS COM MEDICAMENTOS E MATERIAIS DE CONSUMO

	2014	2013
Medicamentos e Materiais de Uso Médico	13.102,56	19.683,39
Materiais de Consumo	279.596,00	226.794,04
Materiais de Conservação e Reparos	4.334,03	36.634,38
Outros Materiais e Insumos	49.184,07	37.921,78
	346.216,66	**321.033,59**

18. DESPESAS GERAIS

	2014	2013
Contas de Consumo (Água, Luz e Energia Elétrica)	16.373,21	18.823,99
Aluguéis (Imóveis, Veículos, Equipamentos e Aparelhos)	636.521,62	517.525,14
Administrativas	89.688,11	13.624,07
Publicidade	1.567,00	9.717,40
Eventos	10.560,38	167,51
Bens não Imobilizados	-	11.185,00
Outras Despesas Gerais	1.216,53	1.332,31
	755.926,85	**572.375,42**

19. ATENDIMENTO À LEGISLAÇÃO DAS ENTIDADES DE FINS FILANTRÓPICOS

A entidade vem atendendo aos requisitos estabelecidos pela Lei 12.101/2009, chamada "Lei da Filantropia" e demais regulamentações vigentes nas áreas em que atua. Tendo como preponderância a área da Saúde, a entidade vem encaminhando relatório para o Ministério da Saúde (MS) para acompanhamento e fiscalização, sem prejuízo das atribuições dos órgãos de fiscalização tributária. Os relatórios aqui previstos são acompanhados de demonstrações contábeis e financeiras, submetidas a parecer conclusivo de auditoria independente, realizada por instituição credenciada perante o Conselho Regional de Contabilidade (CRC).

A renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), emitido pelo Poder Público, é necessária para manutenção dos benefícios de isenção concedidos pelo Poder Público Federal, Estadual e Municipal e dos convênios firmados com estes poderes.

20. CERTIFICADO BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CEBAS)

O CEJAM possui o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) sob o número 25000.115009/2010-25/MS, com validade até 29 de novembro de 2010 e que atualmente, encontra-se em tramitação junto ao Ministério da Saúde, para que este seja renovado.

Em 06 de julho de 2010 foi protocolado o pedido de renovação do CEBAS junto ao Ministério da Saúde. Em 19 de janeiro de 2012, o CEJAM recebeu do Ministério da Saúde o ofício Nº 1092/2011/CGCER/DCEBAS/SAS/MS informando que este departamento entendeu que a atividade preponderante do CEJAM estaria enquadrada na área de assistência social e portando seu pedido de renovação do CEBAS deveria ter sido realizado junto ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Em 01 de fevereiro de 2012, o CEJAM protocolou no Ministério da Saúde o processo administrativo solicitando que fosse anulado o reconhecimento da atividade preponderante enquadrada na área de assistência social e que fosse reconsiderada a atividade preponderante relacionada à saúde e fosse reconsiderado o seu pedido de renovação do CEBAS pelo Ministério da Saúde.

Até a data de aprovação dessas demonstrações financeiras não foi julgado o pedido de apreciação de renovação do CEBAS.

Conforme Decreto nº 7.237/2010, que regulamenta a Lei nº 12.101/2009, fica determinado o seguinte:

> *"**Art. 8º** - O protocolo dos requerimentos de renovação servirá como prova para a certificação até o julgamento do processo pelo Ministério Público. A validade do protocolo e sua tempestividade serão confirmadas pelo interessado mediante consulta da tramitação processual na página do Ministério responsável pela certificação na rede mundial de computadores".*

A administração do CEJAM e seus assessores jurídicos entendem que efetuaram todos os procedimentos obrigatórios, de acordo com a legislação vigente e dentro dos prazos legais, para ter deferimento do pedido de renovação do CEBAS e consideram legítimo o benefício da isenção previdenciária usufruída nos exercícios de 2014 e 2013. Adicionalmente a administração do CEJAM efetuou uma consulta formal a advogado terceiro sobre a probabilidade de obtenção da renovação do CEBAS, e foi considerada pelo advogado terceiro como "provável" a obtenção da renovação do CEBAS pelo CEJAM.

Além disso, a Entidade cumpre os seguintes requisitos previstos no art. 29 da Lei nº 12.101/2009, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social e regula os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social:

I. Não percebam seus diretores, conselheiros, sócios, instituidores ou benfeitores, remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos;

II. Aplique suas rendas, seus recursos e eventual superávit integralmente no território nacional, na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais;

III. Apresente certidão negativa ou certidão positiva com efeito de negativa de débitos relativos aos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;

IV. Mantenha escrituração contábil regular que registre as receitas e despesas, bem como a aplicação em gratuidade de forma segregada, em consonância com as normas emanadas do Conselho Federal de Contabilidade;

V. Não distribua resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, sob qualquer forma ou pretexto;

VI. Conserve em boa ordem, pelo prazo de 10 (dez) anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovem a origem e a aplicação de seus recursos e os relativos a atos ou operações realizados que impliquem modificação da situação patrimonial;

VII. Cumpra as obrigações acessórias estabelecidas na legislação tributária;

VIII. Apresente as demonstrações contábeis e financeiras devidamente auditadas por auditor independente legalmente habilitado nos Conselhos Regionais de Contabilidade.

21. ISENÇÕES PREVIDENCIÁRIAS (QUOTA PATRONAL)

A Entidade é isenta de Contribuições para a Seguridade Social com base na Lei nº 8.212/1991. A Entidade, a título de demonstração, vem evidenciando as contribuições sociais usufruídas. Esses valores anuais equivalem às isenções alcançadas nas contribuições previdenciárias do INSS (quota patronal).

A isenção das contribuições sociais usufruídas no ano de 2014 foi de R$ 5.620.004,23 (em 2013 de R$ 5.037.090,52) e está registrada em conta própria de "Compensação das Isenções Patronais Previdenciárias", no grupo de despesas, da seguinte forma:

ISENÇÕES PREVIDENCIÁRIAS USUFRUÍDAS	2014	2013
Cota Patronal INSS sobe a Folha de Pagamento	5.506.604,95	4.891.790,40
Cota Patronal s/ Serviços Prestados por. Pessoas Físicas	113.399,28	145.300,12
	5.620.004,23	**5.037.090,52**
(-) Isenção Usufruída:		
(-) Cota Patronal INSS sobe a Folha de Pagamento	(5.506.604,95)	(4.891.790,40)
(-) Cota Patronal s/ Serviços Prestados por. Pessoas Físicas	(113.399,28)	(145.300,12)
	0,00	**0,00**

A Entidade atende todos os requisitos e exigências necessários à renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), tendo observado os procedimentos requeridos pela legislação e aguarda decisão sobre seu processo de renovação SIPAR/MS nº 25000.115009/2010-25.

22. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES (RENÚNCIA FISCAL)

Imposto de renda e contribuição social: em virtude de ser uma entidade sem fins lucrativos, a entidade goza do benefício de isenção do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com o Decreto nº 76.186 de 02/09/75, artigos 167 a 174 do Regulamento do Imposto de Renda (RIR), aprovado pelo Decreto nº 3.000 de 26/03/99 e artigo 195 da Constituição Federal.

PIS: por ser uma entidade sem fins lucrativos, está sujeita ao pagamento da contribuição para o PIS calculada sobre a folha de salários à alíquota de 1% de acordo com a Lei nº 9.532/97.

COFINS: por ser uma entidade filantrópica, é isenta do pagamento da COFINS incidente sobre as receitas relativas às suas atividades próprias, de acordo com as Leis nº 9.718/98 e 10.833/03.

Isenção previdenciária usufruída: para atender aos requisitos da legislação pertinente, a entidade registra em contas de resultado os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas.

Em atendimento a ITG 2002 - Entidade sem Finalidade de Lucros, aprovada pela Resolução CFC nº 1.409/2012, a entidade apresenta a seguir a renúncia fiscal apurada no exercício de 2014, caso a obrigação devida fosse. Para isso, em nosso julgamento, consideramos as seguintes contribuições e respectivas alíquotas, ressaltando que se trata de cálculos estimados de renúncia fiscal abrangendo os principais impostos e contribuições em função da Entidade não possuir escrituração fiscal em virtude de sua natureza não lucrativa.

- COFINS incidente sobre a receita: 3% (regime cumulativo)
- CSLL incidente sobre o superávit: 9%

Com base nos percentuais acima mencionados estimamos que a renúncia fiscal no exercício de 2014 foi de R$ 1.376.967,14 (em 2013 R$ 940.090,24), distribuída da seguinte forma:

	2014	2013
RENÚNCIA FISCAL		
Cofins	1.160.564,41	919.939,87
CSLL	216.402,73	20.150,37
	1.376.967,14	**940.090,24**

23. RESULTADO DO EXERCÍCIO

O Superávit do exercício de 2014 foi de R$ 2.404.474,77 e o do exercício de 2013 de R$ 223.893,05, estando assim distribuído entre o contrato de gestão e convênios:

	2014	2013
Contratos de Gestão nº 067/2010 e 042/2014 (UBS 24H)	721.463,96	(1.451.095,85)
Contratos de Gestão nº 068/2010 e 045/2014 (ESF)	1.304.028,33	(203.687,50)
Contrato de Gestão nº 016/2012 (Única)	239.878,11	1.172.205,76
Contrato de Gestão nº 042/2012 (EACS)	139.104,37	706.470,64
	2.404.474,77	**223.893,05**

São Paulo, 31 de dezembro de 2014.

Dr. **Fernando Proença de Gouvêa**
Superintendente

Alexandre Papi
Contador CRC nº 1SP130223/O-3